

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.602 - RJ (2019/0137331-2)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT**  
**AGRAVADO : COMERCIAL TINTOFER LTDA**  
**OUTRO NOME : COMERCIAL TINTOFER LTDA - MICROEMPRESA**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. SÓCIO QUE NÃO DETINHA PODERES DE GESTÃO À ÉPOCA DA DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região cuja ementa é a seguinte:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA PESSOA JURÍDICA. SÚMULA N.º 435 DO STJ. REDIRECIONAMENTO PARA SÓCIO -ADMINISTRADOR QUE NÃO EXERCIA A GERÊNCIA AO TEMPO DO FATO GERADOR. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Agravo de instrumento interposto em face de decisão que, nos autos de execução fiscal, indefere o redirecionamento da execução para o sócio -administrador.

2. A agravante pretende redirecionar a execução fiscal de dívida não tributária, oriunda de multa por infração administrativa transporte rodoviário, no valor de R\$ 2.018,16 ( em 20.3.2017), para o sócio administrador, em razão de indícios de dissolução irregular da pessoa jurídica.

3. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em recurso submetido ao regime do art. 543-C do CPC/73 (art. 1.036, CPC/2015), firmou entendimento no sentido de que é possível o redirecionamento da execução fiscal de dívida não tributária no caso de dissolução irregular da pessoa jurídica devedora, prosseguindo a execução sobre o patrimônio dos sócios. Faz-se necessária, contudo, a constatação pelo Oficial de Justiça do encerramento das atividades sociais para presunção da dissolução irregular da empresa e, por consequência, a responsabilidade dos gestores, ressalvado o direito de contradita em embargos à execução (STJ, 1º Seção, REsp 1.371.128, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJE 10.9.2014).

4. Sobre a mesma questão, o STJ posicionou-se no sentido de que "para o redirecionamento da execução fiscal é imprescindível que o sócio-gerente a quem se pretenda redirecionar tenha exercido a função de gerência, no momento dos fatos geradores e da dissolução irregular da empresa executada". (STJ, 1ª Turma, AgRg no REsp 1.482.461, Rel. Min. NAPOLEAO NUNES MAIA FILHO, DJe 18.11.2014). No mesmo sentido: TRF2, 5ª Turma Especializada, AG 0008761-32.2017.4.02.0000, Rel. Juiz Fed. Conv. Des. Fed. JOSE EDUARDO NOBRE MATTA, E-DJF2R 15.5.2018; TRF2, 5ª Turma Especializada, AG 0011962-32.2017.4.02.0000, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 11.12.2017; TRF2, 5ª Turma Especializada, AG 0007010-78.2015.4.02.0000, Rel. Des. Fed. RICARDO PERLINGEIRO, E-DJF2R 17.12.2017.

5. No caso, verifica-se que o sócio, em face do qual a agravante pretende direcionar a execução, somente passou a exercer a administração em 14.3.2017. No entanto, o fato gerador ocorreu em 12.12.2013. De tal sorte, não há que se falar em redirecionamento da execução em face de novo sócio, que não exercia os poderes de gerência à época do fato gerador.

6. Agravo de instrumento não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, arguindo ausência de manifestação do órgão julgador acerca das questões suscitadas.

No mérito, alega violação aos arts. 50 e 1.102 a 1.116, do CC/02; e 10 do Decreto nº 3.078/19. Aduz, em síntese, que "o motivo da responsabilidade tributária é a infração à lei consubstanciada pela dissolução irregular da empresa (art. 135, III, do CTIV), é irrelevante para efeito de redirecionamento da Execução Fiscal ao sócio-gerente ou ao administrador o fato de ele não integrar a sociedade quando do fato gerador do crédito tributário."

Sem contrarrazões.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 57/60, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Depreende-se dos autos que o Tribunal de origem, de modo fundamentado, tratou das questões suscitadas, resolvendo de modo integral a controvérsia posta.

Na linha da jurisprudência desta Corte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

Assim, não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade, contradição ou erro material, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

No que diz respeito à matéria de fundo, o Tribunal *a quo* entendeu que:

No caso vertente, a dissolução irregular apontada pela recorrente baseou-se

na certidão do oficial de justiça acostadas à fl. 32, datada de 28.2.2018, na qual foi certificado que a sociedade não foi localizada no endereço diligenciado, o que é indício de dissolução irregular, à luz da Súmula nº 435 do STJ.

Todavia, em que pese os indícios de dissolução regular da atividade empresária, o Juízo *a quo* acertadamente indeferiu o pleito da agravante às fls. 37/41, para redirecionar a execução em face do sócio - administrador, NILSON DOS SANTOS, CPF 584.091.905-59, por inferir que o sócio indicado não exercia poderes de gerência à época do fato gerador.

**Da análise dos documentos acostados às fls. 43/45, verifica-se que o sócio, em face do qual a agravante pretende direcionar a execução, somente passou a exercer a administração em 14.3.2017. No entanto, o fato gerador ocorreu em 12.12.2013. De tal sorte, não há que se falar em redirecionamento da execução em face de novo sócio, que não exercia os poderes de gerência à época do fato gerador.**

O entendimento atual dessa Segunda Turma, para autorizar o redirecionamento da execução fiscal em face do sócio, é no sentido de que basta a verificação do responsável pela gerência da empresa **ao tempo em que ocorreu a dissolução irregular**, ou seja, ainda que a gerência seja posterior à data de ocorrência do fato gerador. Todavia, no caso concreto, constata-se que o Tribunal não divergiu desse entendimento, já que afirmou que o sócio, o qual a recorrente pretende direcionar a execução, somente passou a exercer a administração em 14.03.2017 e o fato gerador ocorreu em 12.03.2013.

Para corroborar com esse entendimento, coleciona-se:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. SÓCIO QUE DETINHA PODERES DE GESTÃO À ÉPOCA DA DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA SOCIEDADE. IRRELEVÂNCIA DA DATA DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR OU DO VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO.

1. A jurisprudência dessa Segunda Turma do STJ entendia que, para que fosse possível o redirecionamento era necessário demonstrar que o sócio era detentor da gerência tanto na época da dissolução irregular da sociedade, como na época da ocorrência do fato gerador da obrigação.

2. Recentemente, a Segunda Turma/STJ, no julgamento do REsp 1.520.257/SP, de relatoria do Ministro Og Fernandes, alterou o seu entendimento e passou a exigir, tão somente, a permanência do sócio na administração da sociedade no momento de sua dissolução irregular, se tornando irrelevante a data da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.

3. O simples exercício da gerência, naturalmente, não implica responsabilidade para aquele dela encarregado. A sua responsabilidade somente é irradiada em caso de prática do ato ilícito. No caso da dissolução irregular, este é o ato infracional, que é desvinculado da obrigação tributária. O que desencadeia a responsabilidade tributária é a infração de lei evidenciada na existência ou presunção de ocorrência da dissolução irregular nos termos da Súmula 435/STJ. É justamente essa desvinculação que torna irrelevante perquirir quem exercia a gerência da empresa na data de

ocorrência do fato gerador.

4. Assim, o atual entendimento dessa Segunda Turma para autorizar o redirecionamento da execução fiscal em face do sócio é no sentido de que basta a verificação do responsável pela gerência da empresa ao tempo em que ocorreu a dissolução irregular, ou seja, ainda que a gerência seja posterior à data de ocorrência do fato gerador.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1545342/GO, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 28/09/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator

